

LIBERDADE DE PENSAMENTO E DISCUSSÃO NO LIBERALISMO DE JOHN STUART MILL

Everton Miguel Puhl Maciel¹

RESUMO: esse artigo tenta esclarecer a aparente radicalidade presente no pensamento liberal de John Stuart Mill no que diz respeito à ideia de “liberdade de pensamento e de discussão”, capítulo central na obra *On Liberty* (1859). Pretendemos demonstrar a impossibilidade de o autor admitir aquilo que pode ser considerado um “crime de opinião”. Liberdade de discussão e pensamento não são coisas dissociadas entre si, diferentes, no entanto, de uma ação moral prática. Mill é filiado da tradição antideterminista e deposita no indivíduo a responsabilidade das ações louváveis e censuráveis. Nesse sentido buscamos deixar clara uma distinção diametral entre uma tese moral consequencialista e o puro determinismo. Queremos afastar da liberdade de pensamento e discussão de qualquer tese, aparentemente, ligada à moralidade e posicioná-la no seu devido lugar: o ambiente político liberal.

PALAVRAS-CHAVE: liberalismo, utilitarismo, Mill

ABSTRACT: This article has the purpose of clarifying the apparent radicalism of John Stuart Mill’s liberal thought, mainly regarding his “liberty of thought and discussion” idea, itself a fundamental chapter of “On Liberty” (1859). We intend to demonstrate the author’s impossibility to admit a so-called “crime of opinion”. Though they do not represent different things *per se*, the liberties of thought and discussion do differ in the sense of a practical moral action. Himself a non-determinist thinker, Mill believed the individual to be accountable for both praiseful and reproachful actions. We therefore seek to develop a clear distinction between a moral consequentialist thesis and a pure determinism. By doing so, we might be in the position of keeping the “liberty of thought and discussion” safe from morality-based theses as well as placing it on its due place: the liberal political environment.

KEY-WORDS: liberalism, utilitarianism, Mill

¹ Doutorando em Filosofia, bolsista Capes/PUC-RS, jornalistamaciel@gmail.com

Um dos principais elementos necessários para compreender o radicalismo adotado pelo filósofo inglês John Stuar Mill no que se refere à impossibilidade absoluta de não se poder censurar a liberdade de pensamento e de discussão permeia o fato de que não se deve atrelar a moralidade da discussão à liberdade de opinião. Autorizar a publicidade de opiniões divergentes das comumente aceitas é um preceito do utilitarismo liberal, e nada disso diz respeito ao nível que os debatedores adotam no curso da discussão. Sofismas devem ser considerados como naturais ao ímpeto humano. Eles não são apenas autorizados, mas por vezes, são incentivados, quando se dirigem às opiniões de pouca popularidade. Muitas coisas podem ser acusadas de sofismas em uma sociedade liberal e Mill visualizava-as com a cautela de alguém que via o humor, a crônica jornalística sarcástica e a arte cínica entre os componentes indispensáveis da liberdade de opinião. Estabelecido esse ponto, também é preciso compreender o utilitarista inglês como defensor de um tipo de dialética negativa, levando em conta seu interesse pelo efeito positivo que a adversidade de opiniões pode produzir no espírito médio dos homens, não somente naqueles mais esclarecidos e habituados com o certame da esfera pública.

Liberdade de pensamento e discussão não é o mesmo que liberdade de imprensa, mas a conserva e guarda, aplicando à esfera pública a sua forma, mesmo que ignore seu conteúdo. Estando a liberdade de imprensa sacramentada na Inglaterra do século 19, como uma das principais garantias contra os governos tiranos, já fica aparentemente claro que governos não devem prescrever ou regular a opinião pública ou publicada. Mill considera esse ponto, em grande parte, superado. Mesmo que seja evidente o nível de progresso atingido no que diz respeito à distância mantida pelo governo da opinião pública, isso pode ser, apenas, uma observação do comportamento institucional. O ponto que o utilitarista busca ressaltar diz respeito ao nível da tolerância entre os pontos de vista conflitantes de uma mesma opinião num sentido mais *lato*, não apenas reduzido à ideia de liberdade de imprensa. Se, por um lado, não é legítimo a um governo exercer a coerção em dissonância com aquilo alimentado pelo *common sense*, no mesmo sentido, também o povo não deve se filiar para exercer qualquer tipo de censura, o que caracterizaria uma tirania da maioria contra a minoria², uma vez que o próprio povo estaria exercendo a coerção, pelas suas próprias mãos ou pelo governo que o representa.

O melhor governo não tem mais direito a isso [exercer a coerção] do que o pior. Isso é tão nocivo, ou mais nocivo, quando exercido de acordo com a opinião pública, que em oposição a ela. Se toda a humanidade, excetuando

²Ver: BRILHANTE; ROCHA, 2011.

um, for de uma opinião, e apenas uma pessoa for de opinião contrária, a humanidade não deve estar mais justificada em silenciar essa pessoa que ela, se tivesse o poder, seria justificada para silenciar a humanidade(CW XVIII:229)³.

Silenciar uma opinião é o mesmo que roubar a raça humana, a atual geração e as posteriores. Os benefícios da liberdade de opinião afetam o interesse da pluralidade do diálogo. Trata-se de uma vantagem mais social do que indireta, quando levamos em conta os direitos de um indivíduo (SKORUPSKI, 2008, p.57).Suprimir isso é uma ação política que atinge mais aqueles que discordam da opinião censurada e menos os que a sustentam. Se a opinião silenciada é correta, privamos os interessados de trocar o erro pelo acerto; se for errada perdemos a percepção mais clara da verdade, produzida por uma colisão com o erro. Essa percepção pode ficar mais clara se levamos em conta o ceticismo materialista inglês como um todo, uma vez que a aposta de Mill está filiada a essa tradição humeana: nunca podemos ter certeza de que uma opinião é falsa e, mesmo que pudéssemos, sufoca-la, ainda assim, seria um erro que ofusca a transparência da opinião acertada. Apesar de inúmeras vezes utilizar a palavra “verdade”, o autor segue o ceticismo epistemológico, mas não o transporta para a política, na medida em que aposta em um tipo de verdade pública, sustentada pela utilidade, levando em conta o ambiente histórico envolvido, especialmente no que diz respeito a estabilidade social e o bem-viver das diversas concepções razoáveis de bem.

O problema da liberdade de opinião, nesse sentido, não diz respeito meramente ao fato de haver verdade ou falsidade contida naquilo que se quer ou não censurar. Trata-se, sim, de um problema genuinamente utilitarista por recorrer à ideia de bem-estar da comunidade de atingidos. A ausência de conhecimento não pode ser tratada como um benefício utilitário, em detrimento da informação contida na diversidade de opiniões. É preferível conhecer uma opinião censurável publicamente a censurar uma opinião para que os outros não a conheçam⁴. A ignorância não é sacramentada pelo utilitarismo como uma benção. Mill pensa que isso é

³ “The best government has no more title to it than the worst. It is as noxious, or more noxious, when exerted in accordance with public opinion, than when in opposition to it. If all mankind minus one, were of one opinion, and only one person were of the contrary opinion, mankind would be no more justified in silencing that one person, than he, if he had the power, would be justified in silencing mankind” (as traduções para esseartigo foram feitas pelo autor).

⁴ A ideia de censura, nesse sentido, deve ser compreendida como uma condenação pública, emitida por uma determinada comunidade política e não como uma ação política ou jurídica que inibe uma opinião de ser professada. Mill, de fato, economiza a palavra censura no capítulo que trata da liberdade de pensamento e discussão. Ele só emprega a expressão no capítulo IV da referida obra, sobre os limites da autoridade da sociedade sobre o indivíduo, e o faz apenas no sentido da condenação pública, um contraponto a noção de louvor, não da ação do censor.

uma forma de se manter fiel a um propósito histórico da filosofia que trata o desejo de conhecer como um princípio conectado com a noção de vida prazerosa ou feliz⁵.

Mesmo sem autoridade epistemológica para se ajuizar uma opinião professada, é possível administrar algumas hipóteses para demonstrar a inutilidade prática de se censurar uma opinião no campo da ação, impossibilitando o público de tomar conhecimento do seu conteúdo.

Primeiramente, devemos supor que a opinião censurada é verdadeira. Não há autoridade para se decidir se a questão que se tenta suprimir é verdadeira ou falsa perante todos os homens, e se acaba negando o direito aos outros de julgar. Podemos e devemos pressupor que nossas opiniões são verdadeiras para orientar nossa conduta. Não seria elogiável ver alguém orientando sua conduta por algo que é contrário a sua opinião. Muito pelo contrário: parar de agir conforme a opinião não é o mesmo que se isentar do erro, mas negligenciar todos os nossos interesses e deixar de cumprir nossos deveres.

Não existe algo como a certeza absoluta. Mas existe garantia suficiente para os propósitos da vida humana. Nós podemos, e devemos, assumir nossas opiniões como sendo verdade para guiar nossa conduta: e não se assume mais isso quando proibimos o homem mau de perverter a sociedade propagando opiniões que consideramos falsas e perniciosas(CW XVIII:229)⁶.

Trata-se de um tipo de ceticismo que absorve o falibilíssimo, admitindo que ele é importante do ponto de vista político em dois sentidos: como expresso na citação anterior, onde a admissão da opinião considerava divergente eleva a falta de certeza como algo positivo: suficiente para agir no cotidiano da vida prática. Em um segundo sentido, as opiniões divergentes são relevantes do ponto de vista político, porque há um valor importante no senso comparativo estabelecido entre elas no aparato cognitivo do indivíduo. A opinião é sempre comparativa. Homens do passado sustentaram opiniões errôneas para os padrões de hoje. É preciso um critério comparativo contemporâneo à opinião para julgar ela como acertada ou não. A comparação entre gerações distintas é infrutífera, porque não autoriza a revisão deliberada de opiniões através da discussão, apenas pela experiência⁷. Apenas a

⁵ A conexão entre felicidade e liberdade, responsável pelos ideais de vida e autodesenvolvimento, não impõem aos indivíduos uma obrigação moral, mas diz respeito ao princípio da maior felicidade (SKORUPSKI, 2008, 18ss).

⁶ “There is no such thing as absolute certainty, but there is assurance sufficient for the purposes of human life. We may, and must, assume our opinion to be *true* for the guidance of our own conduct: and it is assuming no more when we forbid bad men to pervert society by the propagation of opinions which we regard as false and pernicious”.

⁷ Pormenorizando os problemas envolvidos na racionalização do direito moderno, Habermas dá eco às palavras de Max Weber e visualiza em Mill o elemento da pluralidade envolvido na ideia de “experiência

experiencianão é o suficiente para que os indivíduos revisem suas opiniões com a flexibilidade esperada de um ambiente político plural. Tanto no campo da opinião quanto da prática, não existe um desgaste capaz de produzir correções apenas quando confrontados com fatos isolados, situação que só melhora na medida em que argumentos são apresentados.

Ambas as interfaces desse nível de ceticismo (falibilismo permitindo o agir cotidiano e contraste de opiniões comparativas como algo valioso para a revisão das crenças) não retiram Mill de um nível teórico filiado apenas ao cognitivismo individualista. Também é importante compreender que buscar objeções e dificuldades à verdade publicamente aceita é uma tarefa publicamente mais produtiva do que censurá-las.

Se até a filosofia newtoniana não fosse permitido ser questionada, a humanidade não poderia sentir as completas garantias dessa verdade como ela sente agora. As crenças as quais nós mais justificamos não têm descanso resguardado, apenas resistem em pé no convite do mundo todo para provar a sua falsidade(CW XVIII:232)⁸.

Se as razões para se tolerar qualquer opinião, e sustentar a liberdade de qualquer discussão não são boas para casos extremos, não são razões suficientemente boas para caso nenhum. Proteger uma opinião não implica em defendê-la no seu conteúdo propositivo de verdade ou falsidade, mas diz respeito à importância que ela exerce. A utilidade de uma opinião não se refere à verdade epistêmica dela, mas diz respeito à possibilidade de haver verdade contida na opinião. “A verdade de uma opinião é parte de sua utilidade”(CW XVIII:233)⁹. Havendo, portanto, uma dúvida cética a respeito da possibilidade da verdade estar contida em uma determinada opinião, mantém-se resguardada alguma outra parte da utilidade da opinião, a saber: uma opinião é uma opinião e deve ser publicamente respeitada apenas enquanto tal. Por si mesmo, esse respeito é benéfico aos envolvidos no dissenso. Em um nível, a utilidade corre o risco de ser epistemológica; enquanto em outro, a opinião é valiosa na medida em que respeita o imperativo máximo do utilitarismo professado pelo próprio Mill, mesmo sem se relacionar com a moralidade dele: “o credo que admite a Utilidade, ou Princípio da Maior Felicidade como o fundamento da moral sustenta que as ações são corretas na proporção com que tendem a promover a felicidade, e erradas quando

pura” algo que levaria, na interpretação do prussiano, ao politeísmo (apud Webber in Habermas, 2012, p.431). “A dialética entre desenvolvimento científico e religioso deve oferecer fundamentação empírica para que, em consequência do abalo das certezas religiosas, não se possam mais reproduzir de maneira confiável as orientações éticas para a ação” (idem, p.426).

⁸ “If even the Newtonian philosophy were not permitted to be questioned, mankind could not feel as complete assurance of its truth as they now do. The beliefs which we have most warrant for, have no safeguard to rest on, but a standing invitation to the whole world to prove them unfounded”.

⁹ “The truth of an opinion is part of its utility”.

elas tendem a produzir o contrário de felicidade”(CW X:210)¹⁰. A distância entre a liberdade de opinião e moralidade mostra-nos o quanto a utilidade está ligada apenas à ação, não sendo possível controlar o pensamento dos homens.

Ou seja, é completamente razoável que existam crenças absurdas, ou reconhecidas publicamente como absurdas, mas não havendo interferência delas com o princípio utilitarista da moralidade, elas devem ser publicamente toleradas¹¹. Por vezes, essa utilidade se refere ao bem-estar apenas como respeito à liberdade de pensamento e discussão. O veto a tais opiniões, em longo prazo, produziria um efeito muito mais nefasto que o seu reconhecimento público, pois já estaria deslocado para o campo da ação censora. O efeito de colocar em ação uma opinião, este sim, por sua vez, obedece ao mesmo critério da máxima utilitarista, o que difere diametralmente da opinião nela mesma. A opinião a respeito de uma opinião também é uma questão de opinião para a qual não há juiz indefectível.

Qual o espaço, desta forma, da utilidade de defender não apenas as opiniões isoladas, mas a liberdade de pensamento como um todo? Primeiramente, é preciso ressaltar que a defesa da liberdade de pensamento e discussão não pode diferir da liberdade de emitir opiniões. Se há essa diferença, ela deve se dar no grau alcançado pelo pensamento do indivíduo, saindo da esfera privada e alcançando a esfera pública. É preciso se admitir a impossibilidade prática de se controlar realmente o pensamento das pessoas no seu domínio mais íntimo. Mill deixa isso claro na introdução de *On Liberty*: “Na parte que concerne apenas a si mesmo, sua independência é, por certo, absoluta. Sobre si mesmo, sobre seu corpo e mente, o indivíduo é soberano”(CW XVIII:224)¹². Mesmo assim, resta a possibilidade de influenciar os outros com opiniões professadas publicamente. A impossibilidade de controlar *lato sensu* a mente de alguém não agride a possibilidade de influenciar as outras pessoas com aquilo que é pensado em foro íntimo.

A utilidade da liberdade de pensamento e discussão está muito mais voltada para possibilitar aos seres humanos médios atingir a estatura mental de que são capazes do que

¹⁰ “The creed which accepts as the foundation of morals, Utility, or the Greatest Happiness Principle, holds that actions are right in proportion as they tend to promote happiness, wrong as they tend to produce the reverse of happiness”.

¹¹ Esse ponto fica ainda mais claro quando Mill utiliza o exemplo do tiranicídio. Ele afasta a teoria moral sobre a legitimidade de se dar cabo ou não a um governante criminoso da ação correlata. A incitação ao tiranicídio pode vir a constituir matéria própria de punição apenas quando se segue um ato ou se estabelece, ao menos, uma relação entre as ideias propostas e a ação patente. Do contrário, teorias sobre a morte de um governante criminoso seguem como umas das questões abertas da moralidade, escapando do ambiente do assassínio, passível de punição, e fazendo parte da natureza da guerra civil.

¹² “In the part which merely concerns himself, his independence is, of right, absolute. Over himself, over his own body and mind, the individual is sovereign”.

servir como regra para nortear os princípios de discussão entre grandes intelectuais e pensadores. Mill parece acreditar que não é possível criar uma atmosfera adequada para um povo intelectualmente ativo e produtivo em meio à tensão da tesoura da censura.

Agora, no que se refere aos elementos hipoteticamente epistemológicos empregados por Mill, devemos mencionar a hipótese de a opinião *status quo* ser verdadeira. O autor acredita ser preciso dar igual oportunidade às razões do lado adverso, mesmo que este, por sua vez, seja falso. Conhecer apenas a opinião verdadeira, sem se dedicar a entender a opinião falsa é estagnação. Conhecer a opinião falsa é fundamental no processo de refutação. Refutar a opinião falsa é um critério importante de manutenção da verdade vigente, isso quando não faz parte da sua constituição. No entanto, uma vez que não se pode refutar a opinião contrária, deve-se suspender o juízo.

Outra vantagem política de se permitir que absurdos sejam proferidos denota a mera informação pública “absurdos são pensados”, uma vantagem utilitarista eminente, indispensável para a relação estabelecida entre a liberdade de pensamento e opinião. Só com a liberdade de discussão operando na sua mais alta forma, é possível prevenir a sociedade de raciocínios perniciosos e danosos, em curto prazo. A melhor prevenção para a prática de absurdos é o reconhecimento de que absurdos são pensados. Conhecê-los nos seus detalhes nos dá a oportunidade de preveni-los, com refutação pública. Na mesma esteira, é preciso admitir que argumentos contrários na boca de pessoas que não acreditam neles e não se esforçam para defendê-los são inúteis. Logo, a experiência da discussão pública nos mostra, é preferível que os argumentos sejam pensados e defendidos por pessoas que honestamente acreditam neles.

Por outro lado, para que se possa professar honestamente uma doutrina na qual se crê é preciso, em alguma medida, submersão na posição mental contrária. Uma demonstração clara disso é o fato de que, se não houvesse oposição às mais importantes teses absorvidas como verdades, seria preciso imaginá-la e provê-la dos mais fortes argumentos.

Um contra-argumento recorrente à publicidade irrestrita de opiniões aponta que os homens comuns não precisam ter acesso às discussões elevadas, bastando que elas sejam proferidas nos círculos adequados. No entanto, não é possível confiar plenamente em respostas proferidas quando não se fala ao público interessado sobre aquilo que se exige resposta. Permitir que a maioria dos homens passe a vida sem a oportunidade de acessar os benefícios da liberdade de opinião não é apenas infrutífero para o desenvolvimento deles

mesmos, mas atinge também a oportunidade de uma comunidade mais ampla de interessados que poderiam se valer desse desenvolvimento pessoal. Na ausência de discussão, esquece-se não apenas os fundamentos das opiniões, mas também o significado da opinião mesma. Uma vez que se admite, com naturalidade, que a opinião vigente pode ser repetida de forma mimética, sem reflexão, estabelece-se um declínio da força de ação dentro da própria opinião estabelecida hegemonicamente.

Sem focos de dissidência, doutrinas são reproduzidas não mais por conversão à opinião, mas por herança. O centro prático da opinião é deslocado do campo da ação para a fé. Não se mantém mais alerta e preparado para a dissidência e se evita, ao máximo, dialogar com a pouca opinião contrária que resta. O exemplo mais claro da passagem da aceitação por conversão para a reprodução mimética é o cristianismo, doutrina que norteava a conduta dos seus fiéis pelo Novo Testamento, perseguida pelo Império e com máximas contestáveis, mas fiel aos princípios e ideais de amor ao próximo e senso de comunidade. Estas ações foram quase que completamente ignoradas ao longo dos séculos pelos cristãos. A aceitação incontestável do cristianismo na Europa acredita Mill, provocou um definhamento da doutrina, o que faz com que ela não atinja mais os crentes comuns, sem exercer poder sobre seus sentimentos, apenas com uma reverência aos sons de seus ensinamentos, à mecanicidade dos ritos sacramentais e orações.

Agora, nós podemos estar seguros, entretanto, que os casos não foram assim, mas ao contrário, com os cristãos primitivos. Caso fosse assim, o cristianismo jamais teria se expandido de uma seita obscura de hebreus desprezados à religião do Império. Quando seus inimigos diziam “vejam como estes cristãos amam uns aos outros” (uma observação impossível de ser feita por alguém hoje em dia), eles seguramente tinham sentimentos muito mais vívidos do significado de sua crença do que aqueles por eles tidos desde então(CW XVIII:249)¹³.

A crença hereditária, adsorvida por fé, dispensa a necessidade do uso da consciência. As doutrinas não possuem domínio sobre o comportamento cotidiano do crente comum, ficando longe de atingir seu espírito. Mill vê isso como a causa provável da estagnação da fé cristã; e do fato do cristianismo ter limitado sua expansão até onde foram os descendentes de europeus e as colonizações.

¹³ “Now we may, be well assured that the case was not thus, but far otherwise, with the earl, Christians. Had it been thus, Christianity never would have expanded from an obscure sect of the despised Hebrews into the religion of the Roman empire. When their enemies said, "See how these Christians love one another" (a remark not likely to be made by anybody now), they assuredly had a much livelier feeling of the meaning of their creed than they have ever had since”.

Uma das claras controvérsias levantadas a respeito desse tipo de pensamento aponta o fato de ser inevitável o estreitamento da diversidade de opiniões para o progresso da humanidade de forma abrangente. O autor nota esse fato histórico e também compreende a solidificação de uma determinada doutrina estar intimamente envolvida com a sua aceitação hegemônica, algo plausível como consequência da vitória histórica de uma determinada tese. Mill não vê a falta de polaridade como algo benéfico em todos os sentidos ou como um bem em si. A defesa da liberdade de opinião envolve um senso socrático, muito próximo da lógica negativa. Não apenas as opiniões devem ser testadas, mas os sentimentos humanos a respeito delas também merecem exercício. A principal diferença entre o exercício socrático e escolástico estava disposto no interesse do mediador em aprender junto com seu discípulo, desinteressadamente. No primeiro caso, tínhamos essencialmente uma discussão negativa a respeito dos grandes temas da filosofia, com o objetivo de fazer com que os homens compreendessem os fundamentos das suas opiniões, para que pudessem revisá-las à luz da dialética socrática. No segundo, o objetivo era semelhante, pois era fundamental que o discípulo escolástico compreendesse sua própria opinião, e pudesse aplicar os fundamentos dela refutando as teses contrárias. O defeito escolástico, por outro lado, residia em tomar da autoridade e não da razão às premissas as quais se recorria. “É moda, nos tempos atuais, rebaixar a lógica negativa” (CW XVIII:251), salienta Mill. Mas só por meio dela pode-se genuinamente apontar fragilidades teóricas ou erros práticos, sem estabelecer necessariamente verdades positivas.

Na permanente tensão entre períodos mais ou menos sectários, é importante compreender que Mill não é um pensador político que acredita na liberdade de discussão nem como cura para os antagonismos, nem como elemento político capaz de exacerbá-los. Ambas as consequências dependem de muitos outros elementos e contextos próprios. No entanto, ele não quer atingir o partidário apaixonado. A liberdade de opinião é um valor a ser respeitado, sobretudo, em consideração ao expectador mais calmo e desinteressado. O mal a ser temido não é o conflito violento entre as partes da verdade, mas a supressão sorrateira de parte dela. A crítica negativa não tem valor como resultado último, mas como meio para se atingir um conhecimento positivo. Todas as razões para a defesa da liberdade de opinião dizem respeito essencialmente à oportunidade de se manter o foco no objetivo em si da proposta enunciada, compreendendo-o como indispensável para se asseverar ou não o valor de utilidade de algo. Esse projeto conflita com todos os outros, de alicerces fundamentalistas. O fundamentalismo é, nesse sentido, a intensificação dos meios práticos, sejam eles quais forem, para se atingir

um objetivo já renegado a algo menos importante; não raras vezes, um objetivo esquecido ou jamais compreendido de forma lúcida.

Até agora, vimos dois casos: quando a opinião aceita pode ser falsa e alguma outra, conseqüentemente, verdadeira; ou, sendo a opinião verdadeira, um conflito com o erro oposto é essencial para a apreensão clara e o profundo sentimento de sua verdade. Mas existe outra situação, ainda mais comum, quando comparado com os casos dispostos em nesses dois extremos: o compartilhamento de verdade entre as doutrinas conflitantes (CW XVIII:252). Nestes casos a opinião discordante se faz necessária para suprir o restante da verdade, da qual a opinião recebida incorpora somente alguma fração.

Opiniões populares, sobre assuntos não palpáveis pelo sentido, são frequentemente verdadeiras, mas raramente ou nunca a verdade completa. Elas são uma parte da verdade; algumas vezes a maior, algumas vezes a menor parte; mas exageradas, distorcidas e dissociadas das verdades pelas quais elas deveriam ser acompanhadas ou limitadas (CW XVIII:252)¹⁴.

É pelo choque de opiniões que se pode produzir algum progresso. A opinião herética contém geralmente algumas dessas verdades suprimidas ou, simplesmente, negligenciadas. Isso é ainda mais claro em questões práticas de política. É praticamente indispensável a existência de oposição como elemento necessário de um estado democrático liberal e razoável. Conhecer e distinguir o que se quer preservar e o que se quer progredir, reforçar e abolir, sustentar e deixar de lado só é algo viável em um ambiente onde partidários de “cada um desses modos de pensar deriva sua utilidade das deficiências encontradas no outro”(CW XVIII:253)¹⁵.

Vamos recapitular as hipóteses elencadas por Mill: i) a opinião suprimida é a verdade toda, ii) um completo erro ou iii) parte da verdade; o quarto caso discute a pretensão política da doutrina. O dogma, nesse nível, se torna apenas uma manifestação formal, ineficaz para promover o bem, agride o fundamento e negligencia o crescimento de qualquer convicção real e sincera da razão e da experiência pessoal do envolvido (CW XVIII:258).

Um último elemento ventilado por Mill diz respeito a uma condição da liberdade de discussão muito panfletada por potenciais censores: a ideia de que a liberdade de opinião deve ser moderada para não ultrapassar os limites de um debate leal. Além das dificuldades óbvias de se estabelecer o lugar adequado para tais limites, eles seriam inúteis do ponto de vista utilitarista. Mill faz uma aposta muito sólida na discussão elevada pela capacidade dos

¹⁴“Popular opinions, on subjects not palpable to sense, are often true, but seldom or never the whole truth. They are a part of the truth; sometimes a greater, sometimes a smaller part, but exaggerated, distorted, and disjoined from the truths by which they ought to be accompanied and limited”.

¹⁵ “Each of these modes of thinking derives its utility from the deficiencies of the other”.

interlocutores e do público de reconhecer a deslealdade. Além disso, a discussão destemperada operava, nos tempos de Mill, geralmente, em benefício da opinião dominante. Investidas, sarcasmos, injúrias não eram comumente cesuráveis quando utilizadas contra a opinião minoritária. O autor não destaca o assunto de forma precisa. Mas podemos supor inclusive o senso de humor como passível de ser admitido sem restrição, pelos mesmos motivos: o dano resultante do uso tido como inadequado da liberdade de discussão é mais acentuado contra a opinião que tenta se estabelecer, e não contra a opinião já estabelecida:

No entanto, o estrago que surge deste uso é maior quando são empregado contra os comparativamente indefesos; e por mais que a desvantagem da opinião injusta possa derivar de alguma opinião desse tipo de asserção, quase exclusivamente à opinião recebida (CW XVIII:259)¹⁶.

O nível do debate se refere à qualidade prática da discussão, algo ligado ao campo da moralidade. A liberdade de opinião, por sua vez, é um fato político para o utilitarismo de Mill, um princípio para o funcionamento da democracia. A dialética negativa, da qual Mill se torna advogado, trabalha não apenas com os pressupostos utilitaristas tradicionais, mas soma a eles ideais socráticos importantes para a noção de “bem viver”. Se por um lado, mantém-se aberto a pluralidade da escolha de alternativas de vida razoáveis, não exigindo do indivíduo uma filiação determinista ao ideal de conhecimento; por outro, há a clara aposta de que apenas desenvolvendo a si mesmo e colaborando com a felicidade dos que o cercam o ser humano pode usufruir de uma vida feliz.

Mill tenta administrar a importância social que o diálogo exerce na vida das pessoas com as características de concidadãos que atingiram determinada envergadura intelectual, mostrando-se capazes de dialogar entre si. Da mesma forma na qual ele admite a possibilidade de governos despóticos entre povos bárbaros (CW XVIII:224), parece evidente que não se trata de autorizar verborragias aleatórias que possam estar intimamente tão intrincadas com as ações, a ponto de caracterizarem um crime contra um determinado indivíduo ou um grupo. Pelo contrário, a justificativa utilitarista apresentada no capítulo seguinte busca justamente preservar a ideia de bem-estar, por meio do conceito de liberdade individual.

Não se pretende que as ações devam ser livres como as opiniões. Ao contrário, as opiniões sempre perdem sua imunidade, quando as circunstâncias nas quais elas são expressas são tais como as que constituem sua expressão uma instigação positiva a algum ato permissivo. Uma opinião que negociantes de milho são inimigos dos pobres, ou que a propriedade privada é pilhada, deve ser imperturbável quando apenas circula entre a

¹⁶“Yet whatever mischief arises from their use is greatest when they are employed against the comparatively defenceless; and whatever unfair advantage can be derived by an opinion from this mode of asserting it, accrues almost exclusively to received opinions”.

imprensa, mas pode justificar incorrer em punição quando oralmente proferida para excitar uma insurgência montada diante da casa de um negociante de milho, ou quando dirigida em meio à mesma insurgência no formato de um cartaz (CW XVIII:260)¹⁷.

A liberdade de pensamento e discussão não deve ser compreendida meramente como um tipo de condição do princípio da liberdade. Ao contrário, seguindo o exemplo da ideia de democracia, é algo que está à disposição apenas das comunidades liberais que conseguem distinguir uma opinião professada do conteúdo da opinião mesma. A liberdade de discussão não deve ser compreendida como a liberdade de livre agressão verbal, mas antes uma extensão da liberdade de pensamento, ilimitada no sentido de ser essencial ao bem-estar dos indivíduos, dentro das sociedades liberais.

¹⁷“No one pretends that actions should be as free as opinions. On the contrary, even opinions lose their immunity, when the circumstances in which they are expressed are such as to constitute their expression a positive instigation to some mischievous act. An opinion that corn-dealers are starvers of the poor, or that private property is robbery, ought to be unmolested when simply circulated through the press, but may justly incur punishment when delivered orally to an excited mob assembled before the house of a corn-dealer, or when handed about among the same mob in the form of a placard”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

John Stuart Mill. *On Liberty*. In *Collected Works*, v.18. Toronto University Press; ROBSON, John (Ed.), 1977.

_____. *A Liberdade; Utilitarismo*. Tradução: Eurice Ostrensky. Introdução: Isaiah Berlin. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRILHANTE, Átila. A.; ROCHA, Francisco. J. S. *Some remarks on John Stuart Mill's account of Tocqueville's concern with the masses in democratic societies*. *Ethic@*. Florianópolis: UFSC, v.10, n.1, jun. 2011, pp.43-63.

SKORUPSKI, John. *Why Read Mill Today?* Routledge: London, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Racionalização do Direito e Diagnóstico do presente*. In *Teoria do Agir Comunicativo: 1. Racionalização da ação e racionalização do social*. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012, pp.426-471.